

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALINE CAMPOS DE MELO MARTINS

**EVUEVI: O PROTAGONISMO PAYAGUÁ-SARIGUÉ NAS ÁGUAS DO ALTO
PARAGUAI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

Cuiabá

2022

ALINE CAMPOS DE MELO MARTINS

**EVUEVI: O PROTAGONISMO PAYAGUÁ-SARIGUÉ NAS ÁGUAS DO ALTO
PARAGUAI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de Mato
Grosso (UFMT), visando a defesa e
aprovação, sob orientação do Prof. Dr.
Bruno Pinheiro Rodrigues.

Cuiabá

2022

Resumo

No presente trabalho, estaremos refletindo sobre o protagonismo dos indígenas Payaguá-Sarigué, expresso através da concepção de guerra que desdobrava nas habilidosas negociações dos produtos adquiridos nas emboscadas ocorridas nas águas do alto Paraguai, durante a expansão portuguesa às minas do Cuiabá. Os relatos utilizados como fonte para a análise remetem a essa temporalidade – primeira metade do século XVIII – e foram escritos pelo jesuíta espanhol Pedro Lozano. A fim de percebermos a agência e protagonismo indígena, nos apoiamos principalmente nos trabalhos de John Manoel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e Maria Celestino de Almeida, que constituem o que se considera como “nova história indígena”, que desde os anos 1970 tem norteado a produção científica no campo das Ciências Humanas, marcada especialmente pela aproximação entre a História e Antropologia.

Palavras-chave: História indígena. Payaguá. Protagonismo indígena. Alto Paraguai.

Abstract

In the present work, we will be reflecting on the protagonism of the Payaguá-Sarigué indigenous peoples, expressed through the conception of war that unfolded in the skillful negotiations of products acquired in ambushes occurred in the waters of the upper Paraguay, during the Portuguese expansion to the mines of the Cuiabá. The reports used as a source for the analysis refer to this temporality – first half of the 18th century – and were written by the Jesuit Spanish Pedro Lozano. In order to realize the agency and indigenous protagonism, we rely mainly on the work of John Manoel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha and Maria Celestino de Almeida, who constitute what is considered as “new indigenous history”, which since the 1970s has guided scientific production in the field of Human Sciences, marked especially by the approximation between History and Anthropology.

Keywords: Indigenous history. Payagua. Indigenous protagonism. Upper Paraguay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA SOBRE INDÍGENAS NO BRASIL: O LONGO CAMINHO PERCORRIDO ENTRE AS “NARRATIVAS BARBARIZANTES” AO PROTAGONISMO.....	8
2. EVUEVI, OS PAYAGUÁ.....	16
3. PROTAGONISMO PAYAGUÁ ATRAVÉS DA GUERRA E DO COMÉRCIO.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

Introdução

O que defendo aqui são as histórias da nossa humanidade. Porque nós somos muitos povos diferentes, e isso deve ser preservado para as pessoas que nascem hoje e não conhecem ainda, assim como para aqueles que ainda vão nascer. São líderes que têm que ter uma história própria.

(TUKANO, 2019, p.54)

A diversidade de subjetividades étnicas existentes nos povos indígenas da América durante o período colonial é incontestável, e a sua presença e agência nas relações humanas são essenciais. Eles foram sujeitos de intensa participação nos cenários dos quais estavam inseridos no dia a dia, aliando-se ou rebelando-se conforme seus interesses e objetivos na nova realidade que vinha ao seu encontro.

Identificá-los para além das interpretações que os consideram blocos monolíticos, ou seja, divididos em “índio aculturado” e “índio puro”, é diversificar a maneira com que lidamos com a sua existência e resistência na História do Brasil. Isso, por sua vez, não quer dizer desconsiderar que esses indivíduos estivessem inseridos no contexto de uma logística violenta e colonizadora, mas sim refletir que mesmo diante dessa ordem colonial, não estiveram anulados ou impossibilitados de protagonizarem e agirem frente à ordem colonial do século XVIII.

É dentro dessas novas perspectivas de análise, ou seja, a proposta de pensar os indígenas enquanto agentes sociais, que o presente trabalho foi desenvolvido. Tendo como foco primordial o levantamento de alguns possíveis motivos pelos quais os Payaguá-Sarigué estiveram envolvidos em conflitos e, diga-se de passagem, em constante relação com os ibéricos – tanto portugueses, quanto espanhóis – na fronteira oeste. Foi utilizado como fonte os escritos do jesuíta espanhol Pedro Lozano (1697–1752), o qual tinha como objetivo escrever a história oficial da Companhia de Jesus no Paraguai. Mas, antes de desempenhar o seu principal objetivo, Lozano escreve “*Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán.*” (c. 1745 [1873-75]), em que remonta os cenários e as relações sócio, históricas e culturais que a Companhia de Jesus atuou durante o período colonial.

Do livro citado foram extraídos relatos em que Lozano narra o desdobramento comercial que as guerras desempenhadas no rio Paraguai resultaram, e conjuntamente à historiografia consultada foram analisados os objetos de estudo do trabalho. Dessa maneira, a proposta é desenvolver reflexões acerca dos aspectos guerreiros e as habilidosas negociações realizadas pelos Payaguá na primeira metade do século XVIII, uma vez que ambos foram formas de agência e resistência nas sociedades em que estavam inseridos.

Os Payaguá foram indígenas guerreiros que senhorearam o rio Paraguai e seus afluentes, navegando do alto Paraguai aos rios Bermejo e Pilcomay, assim sendo, o extremo norte e extremo sul do rio Paraguai. Diante da extensa área de ocupação e navegação, os Payaguá dividiam-se em dois grupos: os Payaguá-Sarigué ao norte e os Payaguá-Agace ao sul. Descritos como “bravios”, “cruéis” e “indígenas anfíbios” pelos colonizadores, a sua história ancestral cruzou-se com as histórias ibéricas ainda no século XVI, quando os espanhóis iniciaram o processo de conquista da territorialidade que abrangia o rio Paraguai.

Embora os contatos com os espanhóis tenham se dado ainda no século XVI, foi-se delimitado para esse trabalho a primeira metade do século XVIII, a partir do ano de 1725, momento em que a história Payaguá cruzou-se com a expansão territorial portuguesa ao Oeste. Nesse processo, não temos dúvidas que os Payaguá-Sarigué protagonizaram esse encontro, pois além das alianças e inimizades, atuaram conforme as suas próprias aspirações.

Para realizar as propostas supracitadas, o artigo foi sistematizado em três partes, sendo a primeira relativa à História e historiografia sobre indígenas no Brasil: o longo caminho percorrido entre as “narrativas barbarizantes” ao protagonismo. Na segunda, discorreremos sobre os próprios “*EvuEvi*”, os Payaguá. Finalmente, na terceira, analisamos o protagonismo dos Payaguá através dos escritos de Lozano, com ênfase na guerra e no comércio.

Na primeira seção do artigo, debatemos sobre a história e historiografia dos indígenas no Brasil, refletindo o caminho traçado entre as narrativas que lidavam com as populações indígenas de maneira estereotipada, limitada e enquanto figurantes até às narrativas que lidam com esses indivíduos enquanto agentes, sujeitos e protagonistas da sua história e da história do Brasil, também, haja vista

que estiveram inseridos em contextos e temporalidades. Para a discussão, foram levantadas e apresentadas produções que consideramos relevantes e configuram o que se é denominado “Nova História Indígena” – essa busca pela reformulação de métodos e conceitos, atribuindo novas interpretações à temática indígena.

Após dado o breve panorama sobre a temática indígena no Brasil e apresentado as leituras julgadas como pertinentes, desenvolvemos a segunda seção do trabalho. Nela, escrevemos brevemente sobre a história dos exímios guerreiros Payaguá e maneira da qual foram registrados tanto pelos espanhóis, quanto pelos portugueses. Vale ressaltar que para a escolha do título desse segundo momento do trabalho, “*EvuEvi*, os Payaguá”, foi levado em consideração a maneira com que o grupo indígena se autodenominava e uma das muitas nomeações que as demais etnias indígenas e ibéricos os denominavam, respectivamente. A partir disso, buscou-se refletir a história Payaguá através das leituras realizadas.

Por fim, na terceira seção realizamos a análise da fonte, especialmente a maneira como os Payaguá-Sarigué utilizavam das guerras, e do desdobramento comercial que a mesma proporcionou, como formas para exercitar o seu protagonismo na história da fronteira Oeste do século XVIII. Inseridos em uma territorialidade que é considerada uma fronteira natural, isto é, o rio Paraguai, os indígenas estiveram em constantes trocas e relações com os indivíduos de ambas fronteiras políticas, ora aliando-se, ora rebelando-se conforme seus interesses. Buscou-se refletir sobre esse dinamismo sociocultural através de consultas aos escritos do jesuíta Pedro Lozano e a historiografia julgada como relevante.

1. História e historiografia sobre indígenas no Brasil: o longo caminho percorrido entre as “narrativas barbarizantes” ao protagonismo

No interior das ciências humanas não há neutralidade ou imparcialidade e, por esta razão, a escrita da história caso não seja ponderada e reflexionada em métodos científicos válidos, pode vir a ser utilizada como um meio para legitimação de posições políticas ou até mesmo falseamentos e abusos de memórias. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que ao longo do século XIX a história e, por conseguinte, o passado, não poucas vezes estiveram atrelados à tentativa da construção de uma identidade nacional, visto que segundo o historiador Renilson Rosa Ribeiro, “(...) para constituir este sentimento de pertencimento, haveria a necessidade de forjar a narrativa que determinasse a origem comum do todo que seria a nação” (RIBEIRO, 2015, p.275).

Nesse contexto, cujo invocação ao passado ganhou uma nova conotação que busca a integração civilizatória comitadamente à definição de uma identidade nacional, o indígena passa a ser enxergado sob duas concepções: ora como selvagem, ora de maneira idealizada. Primeiramente, através da perspectiva de Francisco Adolfo de Varnhagen, que em sua obra *“História Geral do Brasil”* reconstrói o Brasil Colonial a partir dos anseios do Brasil Império ao valorizar a influência europeia no território que viria a ser denominado Brasil, ao passo que tratava os indígenas como fósseis vivos do Brasil, presos ao passado, estáticos, imutáveis e passíveis à extinção conforme o avanço da modernidade. Não é à toa que Varnhagen documentou que os povos indígenas do Brasil estavam na infância da humanidade, parados no tempo, então não “(...) não há história: há só etnografia” (VARNHAGEN, s/d:42, v.1).

Dentro da visão eurocêntrica das relações, desenvolveu-se uma narrativa “barbarizante” do indígena em contraste com o caráter civilizatório do europeu, sendo o *outro* um entrave na expansão portuguesa. Conforme Ribeiro:

Apenas o sujeito civilizado, por ter os atributos básicos da historicidade como a escrita, o direito e o Estado, seria capaz de construir instituições que o protegessem dos perigos mais elementares da natureza e dos outros

homens. Os indígenas, neste aspecto, seriam incompletos e atrasados, uma vez que desconheciam as letras civilizadoras - F de fé, L de lei, R de rei. (RIBEIRO, 2015, p. 327)

Além dessa visão que diminuía as populações indígenas à animalidade ao desconsiderar a multiplicidade e diversidade além das vivências luso-ocidentais estabelecidas – por esta razão incorporá-los no projeto nascente de nação era um equívoco não cogitado – havia os poetas do movimento romântico brasileiro. Esses escritores também escreveram sobre as populações indígenas do Brasil, sobretudo as do período colonial, mas, diferentemente de Varnhagen, os ameríndios adquiriram uma conotação física, psicológica e cultural extremamente idealizada. Essa postura romântica¹ não eximiu o caráter limitante das narrativas, pois inseriram-se dentro da ótica simplista de “índio puro”, isto é, o “índio verdadeiro” que ainda não havia sofrido o processo de aculturação para rumar ao progresso, e por consequência, ao desaparecimento étnico.

Embora essas visões remetem ao século XIX, nota-se que ainda perduram no tempo presente em alguns espaços de saberes de modo que a figura do indígena quando não é apresentada como selvagem, é descrita de forma idealizada. Ambas visões, em suas respectivas polaridades, carregam o seu caráter pejorativo que reforça o sentimento paternalista e estereotipado para com indivíduos que simbolicamente são os donos do que viemos a denominar Brasil. Por essa razão, é necessário ouvi-los e também aqueles que, mesmo que em sua posição de privilégio epistêmico, contribuem para que as produções no âmbito da história indígena possibilite sensibilizar e repensar a relação com o outro e, assim, proporcione uma sociedade mais humana que promova indivíduos, que veja e ouça os seus saberes subjetivos e coletivos de maneira integral e com comprometimento para reparação de uma dívida histórica.

Tendo em mente a necessidade de narrativas científicas que oportunizam novas análises da história indígena, não deve-se perder de vista que o cenário histórico em que o autor está inserido repercute diretamente nas produções dos

¹ A exemplo de poetas românticos que utilizaram dessa concepção psicológica das populações indígenas, temos o romancista José de Alencar (1829-1877) com obras como “O Guarani” e “Iracema”.

fatos históricos analisados, uma vez que segundo o historiador Marc Bloch (BLOCH, 2011, p.55), a história não é ciência do passado e nem somente a ciência dos homens, mas sim a ciência dos homens no tempo, sendo imprescindível pensar a relação quase simbiótica do presente e do passado. Ao fazermos esse exercício, chamamos a atenção para o protagonismo de lideranças indígenas que estiveram à frente de mobilizações do dito Movimento Indígena, durante a década de 90, e que repercutiu diretamente nas produções sobre a História Indígena. Tal articulação política tinha como objetivo o asseguramento dos direitos humanos através da constituição cidadã de 1988. Tukano lembra que:

Dentro do Brasil existem muitos povos, com línguas próprias, territórios próprios. Então nós criamos o movimento indígena para fortalecer esse mosaico das culturas indígenas, da diversidade de culinárias, das histórias antigas que não estão registradas nas igrejas, nos quartéis e em outros lugares, mas na voz desses povos. (TUKANO, 2019, p.76)

Em meio ao processo de redemocratização, emergiu uma série de debates outrora silenciados e violentados, alguns dos quais ainda o são em determinados espaços. Em todo caso, a partir dessas discussões, mobilizações das entidades indígenas e a incessante luta indígena,² "(...) surgiu o capítulo de direitos indígenas na Constituição de 1988" (TUKANO, 2019, pp. 61-62).

A década de 1980, de forma geral, foi palco de uma intensa fomentação de debates democráticos e para a visibilidade da luta dos povos originários, além da significativa aproximação da ciência histórica com a antropologia no campo acadêmico. As publicações científicas sobre a temática indígena desnudaram-se da couraça do "indígena romântico", "passivo", "estático" apresentados anteriormente para se vestirem de uma nova abordagem historiográfica que buscava valorizar o sujeito indígena como um ser ativo e protagonista que atua conscientemente em contextos e em meios. Consequentemente, ao tomar essa atitude, descarta-se a figura da vítima passiva, ingênua e genérica. Em outras palavras, nesse contexto

² Destacamos aqui a militância de Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Biraci Yawanawá e Elaine Potiguará.

houve uma considerável ressignificação na forma como esses sujeitos eram compreendidos.

Com recortes específicos, a ciência histórica passou a buscar o estabelecimento de diálogos com a Antropologia, o que resultou em uma narrativa que apresentava o indivíduo como um ser social dotado de identidade étnica para além de nomeações colonizadoras, com características culturais e linguísticas ricas e singulares. Em sua obra *“Os índios na História do Brasil”*, a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida pontua quão valiosa é a interdisciplinaridade entre as duas ciências para a melhor compreensão do cientista, levando em consideração que os

(...) processos históricos e estruturas culturais influenciam-se mutuamente e ambos são importantes para uma compreensão mais ampla sobre os homens, suas culturas, histórias e sociedades.
(ALMEIDA, 2011, p.22)

Uma das obras de suma relevância que estabelece o diálogo entre a História e Antropologia, publicada em 1994, foi elaborada pelo antropólogo John Manoel Monteiro, intitulada *“Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.”* Ao Analisar o processo de formação de São Paulo e a relação do colono com o meio que viera a ocupar, o autor desenvolveu uma análise com ênfase na atuação das populações indígenas e também da dinâmica escravista como uma saída para uma base sólida para a economia colonial, sempre demonstrando o protagonismo do indígena frente ao colonizador e no meio vivenciado.

Monteiro deu ênfase especial em sua análise à dinâmica interna dos grupos tupi, rompendo com a construção homogeneizada comumente atribuída. Segundo o autor: “(...) a sociedade tupi permanecia radicalmente segmentada, [...] e grande parte do Brasil também era habitada por sociedades não-tupi, representando dezenas de famílias linguísticas distintas” (MONTEIRO, 1994, p. 19).

Embora os colonos tenham, etnocentricamente, rotulado as populações indígenas em duas nações, “Tupi” e “Tupuias”, o autor estudado argumenta que o território era permeado por profunda diversidade étnica-cultural. Além disso, a preservação das tradições era um fator imprescindível para a definição da

identidade coletiva dentro do meio. Simultaneamente, a diversidade era rechaçada por figuras que respondiam à ordem colonizadora e enxergavam nas mesclas culturais um passo para a homogeneização cultural, e conseqüentemente para a desarticulação das nações indígenas.

Além da diversidade cultural - que o autor deixa explícito através da utilização de gráficos, crônicas, cartas e documentações oficiais - o mesmo pontua sobre o protagonismo indígena nas facetas da espiritualidade, no caráter bélico e através das lideranças, sendo a última citada um campo em que "(...) raramente correspondia a qualquer privilégio econômico ou posição social diferenciada" (MONTEIRO, 1994, p. 23), mas sim a determinados aspectos que eram colocados em questão, como: a habilidade em mobilizar guerreiros, a oratória, o guardião das tradições.

Outrossim, sobre o poderio bélico dos povos indígenas do Brasil, vale também destacar que as reflexões de Monteiro que ajudam a redimensionar os sujeitos e refletir sobre a ligação de povos guerreiros com a guerra e com os rituais de guerra propriamente dito, como o ritual-sacrifício antropofágico que foi distorcido e incompreendido pela cultura ocidental. Vale ressaltar que diante do processo de colonização, os portugueses perceberam a importância da guerra para as populações indígenas, e, assim, utilizaram da mesma a seu favor, cooptando prisioneiros de guerras como mão de obra. Face a isso, julgamos que o autor desenvolveu uma narrativa de grande relevância para a Nova História Indígena, porque apresentou o processo de inserção das populações indígenas na sociedade paulista durante o período colonial, argumentando que os indígenas foram sujeitos ativos na formação do cenário sociocultural de São Paulo.

Para a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, é possível argumentar que a abordagem desenvolvida por Monteiro, ou seja, a aproximação da história com a antropologia, foi um marco para a análise da história indígena por permitir uma compreensão mais ampla sobre a atuação e presença indígena na História do Brasil. Reforçando a ideia apresentada por Monteiro de que os indígenas são sujeitos ativos, Celestino de Almeida argumenta que uma pesquisa sobre o assunto deveria ter:

(...) o objetivo de entendê-los como sujeitos históricos e analisar suas relações com os não índios a partir de suas próprias motivações e interesses, procurando identificar os diferentes significados de suas ações. (ALMEIDA, 2013, p.22)

Eduardo Gomes da Silva Filho (2019) também ressalta a importância do protagonismo das populações indígenas não apenas no movimento contemporâneo, mas na história através do tempo que diversas vezes manteve-se ofuscada por análises generalizantes. Para ele, a etno-história e o diálogo com a Antropologia ganham, após a virada cultural dos anos 1970, um destaque fundamental para os estudos da história indígena.

No âmbito do que se considera Nova História Indígena, igualmente destacamos a antropóloga Manoela Carneiro da Cunha que, em 1992, organiza um livro que tem como título *“História dos índios no Brasil”*. A obra é composta por inúmeros capítulos que abordam a temática indígena em várias territorialidades e em diferentes temporalidades. Desenvolvendo uma narrativa que problematiza e desconstrói o “descobrimento” do Brasil. A autora, na introdução do livro, argumenta sobre o território que denominamos América ter sido invadida pelos Europeus, e, ademais, reflete acerca de uma nova perspectiva de lidar com temáticas indígenas, como é perceptível no trecho que segue:

Progreuiu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe. Os estudos de casos existentes na literatura são fragmentos de conhecimento que permitem imaginar mas não preencher as lacunas de um quadro que gostaríamos fosse global. Permitem também, e isso é importante, não incorrer em certas armadilhas. A maior dessas armadilhas é talvez a ilusão de primitivismo. (CUNHA, 1992, p.11)

Assim, a autora desenvolve uma narrativa que busca valorizar o sujeito indígena sem cair na armadilha do primitivismo, reconhecendo a necessidade de repensar a forma como lidamos com o outro nas relações humanas, muitas vezes em um processo reducionista, colocando-os meramente em uma relação fatalista e distante, como telespectador, e não como os agentes que são. A antropóloga frisa a necessidade de ouvir tais agentes, pois a

(...) percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que [...] a iniciativa do contato — sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade. (CUNHA, 1992, p.24)

Especificamente na obra, destacamos o trabalho de Beatriz Perrone Moisés, intitulado *"Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)"*. O capítulo é de suma relevância para analisar a legislação indigenista, a qual, na teoria é humanizante e justa, mas, na prática, mostrava-se ineficaz, construindo um abismo entre a teoria e a prática. Segundo a autora, a legislação indigenista possuía um caráter "(...) contraditório e oscilante por declarar a liberdade com restrições do cativeiro a alguns casos determinados, abolir totalmente tais casos legais de cativeiro e em seguida restaurá-los". (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.117)

Ao estruturar o capítulo, Perrone-Moisés analisa a postura legislativa em duas categorias. Primeiramente frente aos indígenas livres - os quais estavam inseridos os aldeados e aliados - e, posteriormente, frente aos indígenas escravizados, os quais inseriram-se os inimigos e os cativos dos índios. Na primeira categoria analisada, a autora desenvolve uma exposição sobre os descimentos, os aldeamentos, os processos de administração nas aldeias e os trabalhos desempenhados. Mas, vale frisar que todos esses segmentos na categoria dos "Índios livres" faziam parte de um projeto colonial que visava a ocupação, a conversão e a homogeneização para a exploração da mão de obra para o desenvolvimento econômico colonial. Entretanto, diferentemente dos índios livres que deveriam ser tutelados para posteriormente tornarem-se mão de obra, aos indígenas inimigos e "bárbaros", a legislação tornava lícito a escravidão e a guerra justa pois representavam um entrave à colonização portuguesa. Destarte, com tal discussão, Perrone-Moisés vai muito além de visões simplistas acerca da legislação indigenista e a sua relação no âmbito da vivência, apresentando um processo interativo com múltiplos indivíduos atuando, inclusive indígenas, com valores culturais.

Em suma, levando em consideração que os processos históricos sempre têm várias faces e são obras de múltiplos agentes diante de movimentos relacionais, entendemos que seja preciso alargar os horizontes das análises históricas e evitar os reducionismos. É necessário olhar para o indígena não como sujeito passivo, mas sim como agente ativo, recuperando, dessa forma, o seu protagonismo. Adiante, teceremos reflexões específicas sobre os povos Payaguá.

2. *EvuEvi*, os Payaguá

Na altura da chegada dos europeus nas Américas havia uma considerável gama de povos ameríndios no continente, formando um extenso mosaico étnico-cultural, com particularidades, conexões e histórias distribuídas por vastas extensões territoriais.

Tal diversidade foi registrada inúmeras vezes nos relatos de viajantes, cronistas e até mesmo em documentações oficiais. Ao longo de tamanha territorialidade, era inquestionável a densidade demográfica dos povos ameríndios. Na região atualmente denominada Pantanal não foi diferente. Identificada e descrita inicialmente como *Laguna del Xarayes*, referência direta à uma das inúmeras populações indígenas estabelecidas no território citado, também foi conhecida como *Mar Dulce*, devido à grandiosa extensão do rio Paraguai. Segundo a historiadora Thereza Martha Presotti, nas primeiras representações cartográficas do período colonial fica evidenciado a abundância não somente das águas, mas também da numerosa presença humana. Em sua obra “Os índios e a natureza na conquista colonial”, a autora afirma, referente ao processo de ocupação do território mato-grossense que:

É no relato de Antônio Pires de Campos pode-se ver ter uma vaga idéia da diversidade étnica e dimensão incomensurável do povoamento ameríndio. Além de destacar os “infinitos reinos de gentios” apresenta aspectos bastante peculiares do ambiente e das relações destes com os recursos naturais. (PRESOTTI, 2005, p.11)

Diante de tamanha diversidade étnica ao longo dos pantanais, tem-se como foco deste trabalho a população indígena denominada como Payaguá, cuja presença e relações estabelecidas foram intensamente descrita pelos colonizadores ibéricos, sejam eles espanhóis - na região do chaco próximo a parte meridional do rio Paraguai, ou seja, próximo de Assunção - ou portugueses, na região do alto Paraguai. Sendo protagonistas de sua própria história, tais indivíduos desempenharam papéis de suma relevância no cenário político comercial da região durante o século XVI, XVII e XVIII.

Segundo a antropóloga Branislava Susnik, os Payaguá pertencem a família Guaykuru, sendo provenientes de uma rota migratória somatizada com o contato e estabelecimentos de relações com as populações ribeirinhas ao longo do rio Paraguai e seus afluentes. Para a autora, a prática da canoagem incorporado à cultura e às práticas estabelecidas tornara-se um novo segmento identitário e faz com que tais indígenas não sejam mais caracterizados como “la gente de cultura de planície”, e sim como indígenas “precisamente portadores da cultura canoeira” (SUSNIK apud MAGALHÃES, 1999, p. 28), além de serem considerados caçadores nômades e coletores.

Não há possibilidades de remontar a História Payaguá sem citar tal elemento identitário, profundamente destacado nos relatos e, de fato, na sua compreensão enquanto etnia e indivíduo sociocultural. Canoeiros por excelência, os Payaguá navegavam por toda região fluvial do rio Paraguai, sendo tal território extremamente abrangente e não delimitado pelas populações canoeiras já estabelecidas no território, uma vez que os payaguá eram povos nômades, como citado. A antropóloga Branislava Susnik ressalta que a tendência do grupo, anteriormente a ocupação espanhola, era concentrar-se nas regiões do Alto Paraguai e entre os rios Bermejo e Pilcomayo, ou seja, extremo sul e extremo norte do rio Paraguai, conforme na imagem abaixo:

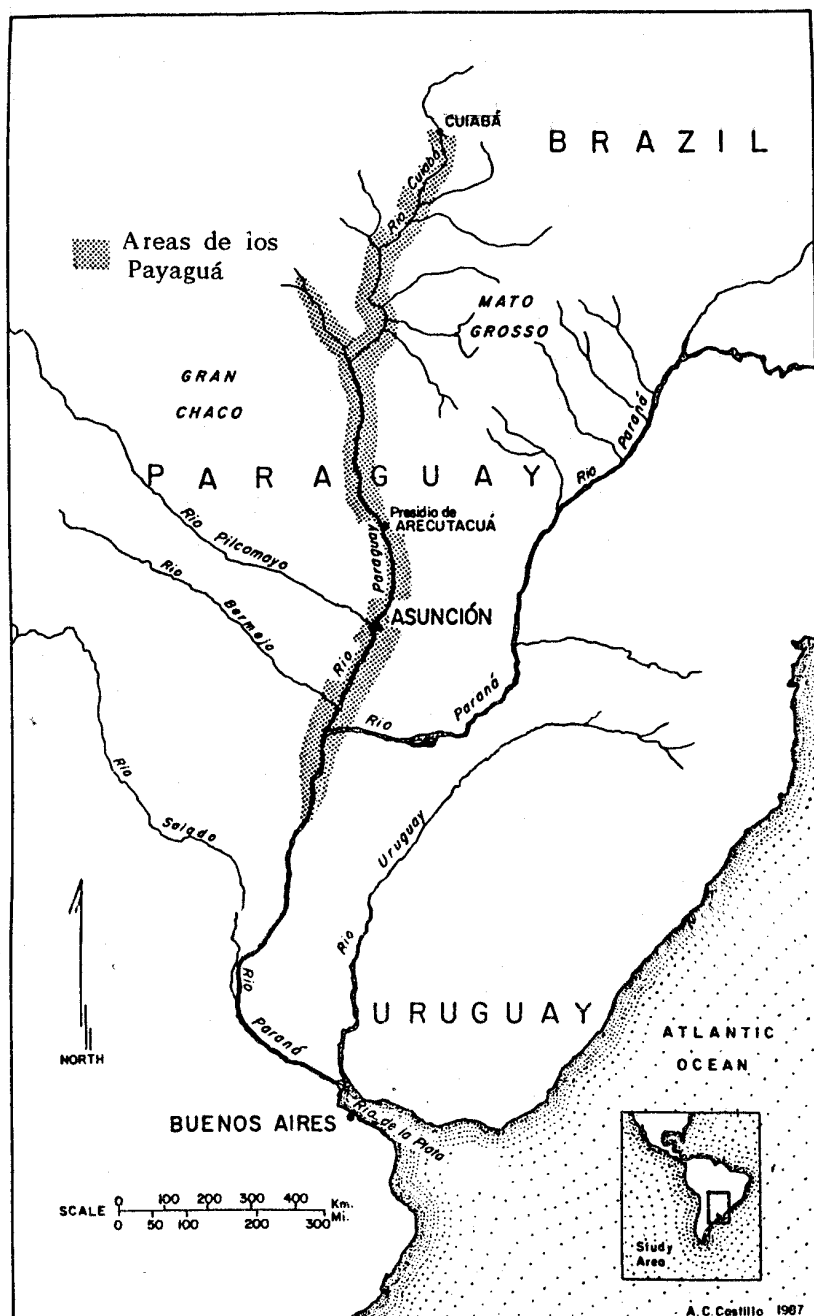


Figura 1. Área de circulação dos Payaguá durante a época colonial (Fonte: Ganson, 1989.)

Tais localizações, meridional e setentrional do rio Paraguai, eram de suma relevância para tais indígenas pois eram regiões riquíssimas e extremamente favoráveis à pesca e a coleta, ao mesmo tempo que estimulava a prática do *ethos guerreiro* frente às demais etnias indígenas, em especial os guarani, cuja proximidade facilitava os ataques e confrontos. Dessa forma, era oportunizado a

obtenção de alimentos cultivados, além de estabelecer um espaço significativo para relações étnicas.

Dentro do território citado, haviam dois grupos Payaguá separados pelas águas abundantes do *Mar Dulce*, os Payaguá-Sarigués, ao extremo norte, e os Payaguá-Agaces, ao extremo sul. O primeiro contato documentado com os europeus se deu com os Payaguás-Agaces, ainda no século XVI, no limiar da colonização espanhola. Naquele momento os espanhóis exploravam o rio Paraguai através da busca do Eldorado e das tão sonhadas riquezas e minérios presentes no imaginário. O primeiro relato é resultado da expedição comandada pelo navegador Sebastião Caboto, em 1528. Quanto aos Payaguá-Sarigués, ao norte, a primeira notícia é datada em 1537, por meio da expedição do espanhol Juan de Ayolas, a primeira expedição a alcançar o Alto Paraguai.

É de suma relevância frisar que o termo *Payaguá* é um termo em guarani que os colonizadores utilizavam para apontar a etnia, o que, segundo o historiador João Antônio Botelho Lucidio, é:

(...) um dos problemas pois um mesmo povo podia ser identificado por diferentes referenciais e por várias formas: pelos espanhóis/asunceños; distintos vizinhos aliados ou inimigos; portugueses/paulistas; jesuítas; e por eles próprios.” (LUCIDIO, 2013, p.75).

De fato, assim não foi diferente com a denominação da etnia estudada. Ademais, a historiadora Magna Lima Magalhães aponta a correlação do termo Payaguá como referência direta ao rio Paraguai que lhes acolhiam.

Outrossim, há hipóteses de que o nome dos Payaguá designaria os “Mbayá guá”,. Contudo, para o antropólogo alemão Max Schimdt, o termo usado pelos grupos setentrionais para auto-identificação seria “Cadigué”. Segundo Magalhães:

Para o antropólogo alemão Schimdt, à tribo setentrional auto-indicar-se-ia como Cadigué (ou Cadigueodi, Cadiguéo). Provavelmente o termo “Mbayá quá” seria utilizado pelos Guaraní para indicar a tribo setentrional dos Mbayá. Schmidt acrescenta que o apelativo Payaguá seria uma tradução

dos Cadigué para se identificarem como “gentes que viven adelante de los Mbayás.” (MAGALHÃES, 1999, p.32)

Em seu trabalho publicado em 1949, o antropólogo alemão obteve informações significativas para o estudo da etnia, principalmente levando em consideração que muitas de tais informações foram obtidas mediante diálogo e estudo junto a indígena Payaguá Maria Dominga Miranda. A indígena informou que os Payaguá se auto-identificavam como EvuEvi, cujo significado próximo seria “los de agua/rio”. (Weegh, uee-iác, guêguae) (SUSNIK apud MAGALHÃES, 1999, p.33). Infelizmente a falta de registros neste momento inicial do contato com a etnia nos limitam na análise e reconstrução mais profunda da história da etnia.

É imprescindível citar o antagonismo Payaguá ao projeto de incorporação do indígena na logística colonial almejada pelos espanhóis. A economia colonial baseava-se no cultivo da agricultura e na criação de gado, característica que destoava do modo de vida semi-nômade e coletor dos navegantes do rio Paraguai. Nota-se também como característica destoante, a não aceitação aos valores religiosos impostos pelos colonizadores europeus. Esse contraste se agravou com a formação das *encomiendas* - regimento de 1556. O sistema de *encomiendas* compunha-se em reconhecimentos oferecido pelo rei aos seus súditos para recompensar o trabalho dedicado a coroa. Assim, os indígenas eram “encomendados” aos colonos para a doutrinação cristã e para assistências de certas necessidades materiais, como alimentação e enfermidade, em troca de um tributo pago em moedas ou através de sua mão de obra. Segundo o historiador Bruno Felipe Ferreira Inocêncio, a *encomienda* era:

Em teoria, atravessado por um discurso civilizacional, tratava-se de um trabalho compulsório que diferia da escravidão devido à condição jurídica dos índios como livres. Mas na prática, “os índios eram explorados por seus encomenderos muitas vezes em limites que evidenciavam a barbárie do sistema colonial”. (INOCÊNCIO, 2018, p.27)

Os Payaguá não submeteram ao sistema das *encomiendas*, que foi profundamente rejeitado devido ao seu caráter impositivo e violento. Durante o

século XVII, esse antagonismo se acentuara e o anseio de subjugar tais povos tornava-se necessário, visto que os Payaguá passaram a saquear as embarcações de erva doce, a principal fonte de comércio e exportação dos paraguaios, o que, de fato, gerava profundos prejuízos aos assunsenhos. O ápice do conflito é exemplificado em 1613, ano este em que foi solicitada guerra justa aos Payaguá. Em 1618, a Coroa espanhola acabou aprovando a solicitação e ordenando que tropas coloniais fossem *“enfrentar a las dos naciones indígenas, asesinar a tantos indios como pudieren y someter al régimen de la esclavitud a todos aquellos que fueran capturados”* (GANSO apud MAGALHÃES, 1999, p.36). Todavia os Payaguá não se portaram de forma passiva a esse processo, aproveitando a situação como uma oportunidade de fomentar o *ethos guerreiro* estritamente presente em sua organização como indivíduo e que auxiliava na conservação de sua autonomia cultural e comercial. Nesse processo, alianças foram criadas e recriadas a fim de evitar a subjugação aos sujeitos que respondiam à ordem colonial, como por exemplo a coligação com os indígenas Mbayá, povos guerreiros que também habitavam o vale do rio Paraguai.³

Já na década de 20 do século XVIII, a relação com os espanhóis torna-se mais amistosa e passível a esporádicas alianças comerciais, as quais analisamos com mais profundidade na terceira seção do presente artigo. Nesse período, as disputas territoriais entre as duas Coroas ibéricas acentuam-se frente às entradas paulistas para o sertão mato-grossense.

É nesse mesmo período que os sertanistas intensificam as entradas no território descrito como “sertões do Cuiabá” através de um dos afluentes do rio Paraguai, o rio Cuiabá. De modo específico, a conquista oeste da América Portuguesa iniciou-se em 1719, com a “descoberta” de ouro no rio Coxipó pelo paulista Pascoal Moreira Cabral. Após esse feito, que ia de encontro às ambições dos colonos do século XVIII em sua intensa busca por metais preciosos e indígenas para o apresamento, nota-se o despertar pelo interesse em continuar a expansão territorial nas terras espanholas demarcadas anteriormente pelo Tratado de

³ Os Mbayá foram indígenas que viveram mais ao norte da territorialidade do chaco paraguaio. Sendo nomeados também como Guaykurus, eles possuíam característica guerreira e resistiram à ordem colonial. Comumente esses indígenas são associados como “indígenas cavaleiros” por terem incorporado em suas relações o uso do cavalo, que foi trazido pelos espanhóis para a América.

Tordesilhas (1494). Em 1722, Miguel Sutil encontrou ouro às margens do córrego da Prainha, local este em que foi fundado o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e, em 1727, elevado à condição de Vila Real.

Diante deste contexto histórico de ocupação luso-brasileira e as dificuldades de adentrar ao espaço físico que hoje entendemos como Mato Grosso, os colonos realizavam o transporte por vias fluviais, através dos rios Taquari-Paraguai-Cuiabá. E, em 1725, tiveram então o primeiro contato documentado nas fontes portuguesas com os indígenas que se autodenominavam como os donos do rio, através de um ataque a uma das monções paulistas. O episódio foi narrado em crônicas, relatos de viagens e até mesmo em documentação oficial, como nos *Annaes do Sennado da Camara do Cuayabá*, a qual transcrevemos a seguir:

Foi acommettido do **gentio Payaguá**, junto a barra do Xanés, onde acabaram todos os que vinham na conserva, escapando um só branco e um negro, que foram tomados por outras canôas que vinham atraz. O numero de canôas havia ser vinte com o melhor de 600 pessoas. [grifo nosso] (SUZUKI, 2007, p.55)

Julgamos que a partir desse momento, os Payaguá-Sarigués - sujeitos ativos e protagonistas de sua própria história - enxergaram em tal contato uma nova oportunidade de vivenciar o *ethos* guerreiro tão prestigiado pelos mesmos, além das novas oportunidades comerciais e relacionais que o antagonismo aos luso-portugueses lhe apresentavam. Em 1730, Martin de Barua, então governador de Assunção, desenvolveu novas diretrizes para a política de pacificação da etnia indígena estudada. Anteriormente, tal ação era desenvolvida através da força militar - a qual mostrou-se totalmente ineficaz frente aos indígenas guerreiros. Neste ano, elaborou "(...) uma política de liberdade de trânsito desses indígenas nos arredores de Assunção e do incentivo do seu comércio junto à população da cidade." (MAGALHÃES, 1999, p.38).

Concomitante ao tratado, os Payaguá seguiram com os ataques às monções paulistas. No período, as monções eram carregadas de ouro, africanos escravizados e muitos itens valiosos para a comercialização e trocas. Os Payaguá, por outro lado, eram exímios comercializadores, tanto com os assunsenhos quanto com outras

etnias indígenas. Por essa razão, a relação dos Payaguá para com os espanhóis mudou significativamente a partir dos anos 1720, tornando-se relativamente amistosa, visto que enxergavam nessa relação uma possível reelaboração para a continuidade da sua autonomia.

Descritos por cronistas como índios-anfíbios, bravios, traiçoeiros, selvagens, sanguinários, entre outros, os Payaguá demonstravam a sua excelente experiência na arte de guerrear sobre as águas. Segundo Jesus:

Eram hábeis canoeiros e senhoreavam o rio Paraguai. Eles passavam muito tempo em suas canoas monóxilas, esculpidas a fogo no interior do tronco de uma árvore, preferencialmente o timbó. A embarcação Payaguá era leve, podendo ser grande ou pequena. As menores eram usadas nas pescarias e mediam entre três e quatro metros e as maiores, entre sete e oito metros. Estas podiam levar até vinte e dois índios ao remo e eram destinadas à guerra e ao transporte de carga. (JESUS, 2007, p.03)

Com profunda aptidão e técnica para navegar sob as águas com as suas canoas esculpidas, os senhores do rio Paraguai alongaram os seus territórios de navegação conforme dava-se a ocupação do território da Vila Real do Senhor Bom do Cuyabá, ocupando trechos dos rios em que obrigatoriamente os paulistas deveriam traçar para chegar às minas do Cuyabá. Segundo a historiadora Thereza Martha Presotti, após 1725 foram relatados 18 ataques dos Payaguá às monções paulistas, o que, de fato, assim como em relação aos espanhóis no século XVI, gerou profundo prejuízo aos paulistas. Em 1728, a câmara da Vila Real solicitou a coroa a Guerra Justa aos Payaguá, a qual foi negada em 1730. No entanto, os saques aumentavam e os colonos insatisfeitos, desobedeceram as ordens régias.

Em setembro, "(...) a expedição partiu da vila com vinte e uma canoas e duzentos e quinze homens entre brancos, pretos e índios." (JESUS, 2007, p.07), mas fracassou frente ao poderio dos temidos guerreiros indígenas. Em 1732, após tamanho desastre bélico dos luso-brasileiros, a Coroa portuguesa declarou Guerra Justa aos bravio Payaguá. É de suma relevância ressaltar que neste período histórico, século XVIII, apenas a Coroa poderia autorizar a Guerra Justa às populações indígenas que resistiam à subjugação exercida pelos agentes

colonizadores. Além de autorizar a guerra aos navegantes do rio Paraguai, a Coroa encaminhou armamento e munição para a efetivação dos combates; embora, segundo o cronista Barbosa de Sá, "(...) a dita guerra tudo a custa do povo sem que visse gasto algum da Real Fazenda, mandando El Rei fazer a sua custa e somente meia arroba de pólvora mandou dar o senado da câmara pelos seus bens." (SÁ apud JESUS, 2007, p.14).

Levando em consideração os bens concedidos da Coroa para a realização do confronto com os indígenas e analisando a passagem acima, não resta dúvidas de que os interesses dos mamelucos paulistas iam para além da contenção dos "bravios" Payaguá, como é argumentado nos "*Annaes da Camara do Senado de Cuayabá (1725-90)*". Tudo leva a crer que os interesses dos Sarigué nos saques às monções fossem de ordem comercial e de reestruturação da etnia frente às circunstâncias, o que exclui a tese da suposta passividade dos indígenas manipuláveis pelos espanhóis, como os paulistas atribuíam. Ademais, vale lembrar que toda essa política fronteiriça era uma via de mão dupla e relacional em que todos os protagonistas detinham diferentes interesses.

Embora o embate tenha sido violento e duradouro, segundo os relatos oficiais, pela primeira vez os paulistas saíram vitoriosos frente aos guerreiros. No entanto, os ataques não findaram. Exímios navegantes, os Payaguá continuaram as investidas nas embarcações paulistas ao longo do século XVIII, embora as da primeira metade do século tenham tido maior expressão.

No final do século XVIII, o tráfego ao longo do Alto Paraguai e o comércio com os assunsenhos entram em declínio. Segundo a autora Magna Lima Magalhães, a principal razão para tal fracasso frente a logística anteriormente estabelecida se dá "(...) devido à política de estabelecimento de fortificações militares em pontos estratégicos (os presídios) ao longo do rio Paraguai pelos portugueses, como forma de defesa" (MAGALHÃES, 1999, p.42)

Em 1790, os Payaguá-Sarigués unem-se aos Agaces na região chaquenha de Tacambú, abandonando a região norte do rio Paraguai, a qual possuía seus assentamentos e funcionava com uma área propícia para investidas que pudessem desenvolver o *ethos guerreiro*. Dessa forma, com fronteiras definidas e fortalecidas, além da consolidação do processo civilizador e colonial, após 1790 os Payaguá

ficaram delimitados na territorialidade estabelecida pela coroa espanhola, inseridos dentro de um cenário urbano. Segundo Magalhães (1999, p.45):

Podemos acreditar que o confronto desde os primeiros contatos com o colonizador provocou o decréscimo populacional da etnia, acentuando-se a partir do século XVIII. O decrescente número desses indígenas, não diferente de outras etnias, se deve ao longo processo de extermínio ocasionado pela instalação da colonização nas terras americanas, ao qual se acrescentam as doenças e as epidemias que atingiram as populações indígenas de forma devastadora desde o primeiro contato com o conquistador. Além disso, no caso dos Payaguá o elevado consumo da aguardente, “beben con exceso y los mantiene enfermos y en embriaguez perpetuada” auxiliou para que ocorresse o declínio populacional dessa etnia (SCHMIDT apud MAGALHÃES, 1999, p.45).

No século XIX, já com o decréscimo significativo da população canoeira, os Payaguá começam a trabalhar para o Estado como vigias fluviais, profissão regulamentada após a Independência do Paraguai. Posteriormente, lutam na Guerra da Tríplice Aliança. Para Magalhães, toda essa conjuntura histórica fez com que Guido Boggiani observasse que em 1900 existisse um pequeno número populacional, sendo:

(...) entre 40 e 50 Payaguá. É provável que a partir do momento que os Payaguá se assentaram nas proximidades de Assunção (meados do século XVIII) a mestiçagem em maior grau ocorria, devido ao convívio com a população da cidade e principalmente devido à desorganização social do grupo, a qual envolvia todo um conjunto de aspectos culturais. (MAGALHÃES, 1999, p.47).

Um último aspecto referente à História Payaguá ainda pode ser citado, relativo à forma como foram registrados por agentes coloniais, cronistas e viajantes em ambas territorialidades ibéricas. Retratados como *índios bravios* e *traíçoeiros*, o segmento guerreiro sempre se destacou nos relatos, construindo um estigma ao redor dos Payaguá, no qual eram apresentados como uma barreira à expansão territorial, e, por essa razão, havia a necessidade de ser conquistado. Essa

característica está tão enraizada que tem um papel central no hino do estado de Mato Grosso ainda no tempo presente, o qual foi redigido pelo arcebispo Dom Aquino Corrêa e reconhecido oficialmente por meio de decreto estadual, em 1983:

Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao **feroz Paiaгуá!**⁴

É dentro dessa perspectiva que reside a beleza e a seriedade da ciência histórica: reformular perguntas, indagações e interpretações para a fonte a partir dos questionamentos do tempo presente, as quais são fomentadas pelo avanço de novas análises científicas. Ressaltamos essa afirmativa porque o presente artigo utilizou como referência autores que não se limitam somente à classe de historiadores; além de dar primazia à interdisciplinaridade como um meio para o enriquecimento da narrativa. Os autores lidos buscam reformular e analisar os Payaguá a partir de novos olhares para fontes históricas.⁵

Destaco como produção acadêmica de expressividade sobre os Payaguá as análises realizadas pela historiadora Magna Lima Magalhães, a qual elaborou uma tese na década de 90 acerca dos Payaguá, *“Payaguá: os senhores do rio Paraguai”*. Nela, a história dos exímios canoieiros foi reconstruída a partir de diversas fontes documentais. Na pesquisa, a autora se limitou ao espaço temporal “(...) entre o século XVI, a partir dos primeiros contatos com os exploradores europeus, e o século XIX, quando os últimos representantes convivem com a sociedade paraguaia em um cenário urbano.” (MAGALHÃES, 1999, p. 01).

Destaco, também, as produções realizadas pelos autores João Antonio Botelho Lucidio, Thereza Martha, Bruno Rodrigues, João Felipe Domingues Brasil e Nauk Maria de Jesus, os quais possuem produções - artigos ou capítulo de suas respectivas teses - significativas acerca dos exímios guerreiros Payaguá. É de

⁴ O Hino do estado de Mato Grosso pode ser conferido na íntegra em:
<http://www.mt.gov.br/-/11723034-hino-de-mato-grosso-foi-oficializado-60-anos-apos-primeira-apresentacao-publica>

⁵ Chamamos atenção para as narrativas de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Félix Azara, Juan de Oyolas, Ulrico Schimdl e até mesmo os Annaes do Senado de Cuyabá, além dos escritos do etnólogo Max Schmidt.

suma relevância ressaltar que todos os autores citados estão inseridos em um contexto após os anos 1990, ou seja, são movidos por novas análises da História Indígena que visam o protagonismo indígena dentro do contexto histórico.

Ademais, finalizamos esta seção frisando que a história dos “exímios guerreiros Payaguá” não inicia em 1528 com o primeiro contato com os Espanhóis e, tampouco, em 1725 com os mamelucos paulistas. Adiante, levando em consideração a explanação realizada, refletimos de modo mais focado o papel da “guerra” e “comércio” junto aos Payaguá.

3. Protagonismo Payaguá através da guerra e do comércio

Uma vez que foram personagens históricos que atuaram em diversos segmentos das sociedades em que estavam inseridos, os Payaguá estiveram presentes em inúmeros relatos e documentações oficiais. Como já estudado e demonstrado anteriormente, tais povos guerreiros enfrentaram o europeu desde o início das navegações espanholas no rio Paraguai, ainda no século XVI, assim como não permaneceram passivos e indiferentes à expansão territorial que os paulistas empreenderam usando as águas do rio Paraguai. Durante todo esse processo histórico, o Payaguá foi visto e descrito pelos olhos ibéricos em diferentes tempos e circunstâncias.

Em meio a tantos escritos ibéricos acerca dos exímios navegantes indígenas, analisamos as características comerciais e guerreiras de tais indivíduos através dos escritos do jesuíta Pedro Lozano (1697-1752), o qual foi um relevante Historiógrafo da Província que tinha como objetivo reconstruir os feitos da Companhia de Jesus no Paraguai juntamente com a desenvoltura da mesma em sua missão evangélica.

Enquanto estudioso das letras e da religião, Pedro Lozano possuía a missão de (re) escrever a trajetória da ordem jesuítica no Paraguai através da:

[...] busca e, conseqüentemente, da referência a um grande número de fontes documentais, sobretudo, cartas crônicas escritas por missionários que, durante o século XVII e o XVIII, atuaram na conversão dos indígenas da vasta região que esta Província jesuítica abarcava..” (MOURA, 2019, p.19)

Segundo a autora Gabriele Rodrigues de Moura, não haveria possibilidade de Lozano relatar os feitos da Companhia sem reconstruir a narrativa histórica de colonização onde atuaram tais jesuítas. Devido a isso, anterior à escrita de “*Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*” (1754-55) foi necessário analisar o passado a partir do tempo presente, em uma narrativa que deu origem à obra “*Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*.” (c. 1745 [1873-75]). Embora estivessem prontos, em 1737, e escritos em um mesmo volume, tais livros foram publicados após a morte de Lozano e em edições separadas.

Historia de la Conquista - da qual usamos como fonte para a análise dos segmentos comerciais e guerreiros dos Payaguá - foi reimpressa por "Andrés Lamas, em uma edição dividida em 2 tomos (o primeiro conta com três livros relativos às Províncias do Paraguay e Río da Prata; e, o segundo, com dois destinados à Província de Tucumán)" (MOURA, 2016, p.957).

É dentro da proposta de produzir uma história oficial da Companhia de Jesus que o jesuíta Pedro Lozano dedicou-se à escrita dos feitos espanhóis na colonização do Paraguai; deparando-se, assim, com inúmeras narrativas acerca das populações ameríndias em uma temporalidade remetente ao século XVI e XVII. Foi no meio de tamanha diversidade que os Payaguá foram descritos em suas batalhas sob as águas do rio Paraguai, especialmente as suas atividades relacionadas a guerra e habilidades comerciais.

Os Payaguá foram citados inúmeras vezes nos escritos de Lozano, principalmente no que diz respeito às suas táticas de guerra e o seu aspecto relacional com os demais indivíduos inseridos no contexto de ocupação e reordenação territorial do período. Ainda no primeiro volume da sua obra "*Historia de la conquista del Paraguai*", os Payaguá ganham destaque ao serem descritos como cruéis guerreiros em conflitos envolvendo os paulistas ao lado Oeste da fronteira:

[...] como sucedió el año de 1722 , que cautivos muchos payaguás, dejaron descuidarse á los guardias que los velaban de noche, y soltándose mútua mente las prisiones, **dieron cruel muerte á todos los portugueses** , sin dejar con vida mas que á dos negros esclavos. [grifo nosso] (LOZANO, 1873, p.99)

De acordo com o historiador João Antônio Botelho Lucídio, o avanço das discussões e análises históricas sobre os Payaguá já proporcionou a desconstrução de que os paulistas tiveram o primeiro contato com os indígenas apenas em 1725, ano este em que se tem documentado o primeiro confronto, em os "*Annaes do senado de Cuyabá*". Segundo o trecho retirado dos relatos de Lozano, torna-se explícito que tal processo relacional foi existente antes de 1725, sendo intensificado logo após com os assaltos às embarcações paulistas que chegavam às minas de

Cuiabá através do Alto Paraguai, os quais foram diversas vezes citadas nas documentações oficiais e relatos de viajantes.

Como já discorrido anteriormente, os Payaguá-Sarigués estavam localizados no Alto Paraguai, região cujo era necessário navegar para atingir o rio Cuiabá. Os ataques que sucederam o ano de 1725 representaram para essa etnia, segundo a autora Magna Lima Magalhães, a prática do *ethos guerreiro* tão característico de tais indígenas, atuando no âmbito defensivo do espaço territorial e cultural onde estavam inseridos, além de resultarem na "(...) obtenção de alimentos e de objetos que posteriormente serviam para intercâmbio comercial com outras tribos" (MAGALHÃES, 1999, p.36-37). Assim, é necessário analisar o *ethos guerreiro* também associado ao elemento comercial, visto que ambos caminham lado a lado, a se considerar que desses saques e confrontos às embarcações eram oportunizados objetos e até mesmo negros escravizados a serem comercializados e trocados, sejam com os espanhóis, sejam com demais populações indígenas, conforme a autora chama atenção. Enquanto indivíduos sociais, os Payaguá "*(...) animados con tan feliz suceso, no cesaban de dar contínuos asalto á los portugueses, y el mas sangriento fué el del año de 1730*" (LOZANO, 1873, p.99), haja vista que através de tal empreendimento obtinham cenários e novas oportunidades de atuação e protagonismo e, conseqüentemente, metamorfoses, ressignificações e novas práticas relacionais.

Segundo uma perspectiva oficial, os "ferozes" e "bravios" Payaguá representavam um entrave à ocupação do território mato-grossense, assim como resistiram à incorporação ao domínio espanhol no Paraguai; dessa forma, não havendo possibilidades de serem incorporados à coroa portuguesa como indígena aliado ou aldeado, foi declarado uma guerra justa aos indígenas em 1728, caracterizando-os como aliados aos espanhóis, tendo em vista as inegáveis trocas comerciais existentes com as mercadorias saqueadas das monções.

A tensão agravou-se em 1730, em um dos confrontos mais sangrentos. Segundo Lozano "*(...) Armaron una emboscada ocultos en ciera enseada, y al enderezar las flotas, les salieron de improviso, y mataron a todos los portugueses.* (LOZANO, 1873, p.99) [grifos nossos]. Nesse mesmo ano a coroa espanhola desenvolveu uma política de pacificação dos Payaguá, não mais por vias militares e

de subjugação física, já que mostraram-se ineficiente ao longo das décadas, mas por vias comerciais, através de uma "(...) política de liberdade de trânsito desses indígenas nos arredores de Assunção e do incentivo do seu comércio junto à população da cidade." (MAGALHÃES, 1999, p.38). A iniciativa do governador Martín de Barúa foi muito bem ponderada e não decidida ao acaso, pois neste mesmo período o fluxo de embarcações luso-brasileiras, que os Payaguá-Sarigués constantemente confrontavam e saqueavam, era intenso devido a ocupação de Cuiabá.

A partir das observações de Lozano, é possível notar que os Payaguá utilizavam as emboscadas como táticas de guerra para confrontar as embarcações. Levando em consideração a notória habilidade na locomoção nas águas, tais ataques eram consideravelmente eficazes. De acordo com Lozano:

los payaguás, nacion la mas numerosa, mas astuta, y mas cruel de todas, y **verdaderamente anfibia, porque igualmente vive en los dos elementos, pareciendo peces de tierra y hombres del agua.** Dividense en dos parcialidades, unos inmedia- tos al Paraguay, que desde la Asuncion infestan las primera...[grifo nosso]. (LOZANO, 1873, p.102)

Além das emboscadas e agilidades na água, evidenciadas por Lozano, a historiadora Thereza Martha Presotti, em seu artigo "*A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: Os numerosos reinos de gentios e a "guerra justa" aos paiaguá (1719-1748)*", chama a atenção para a prática de adentrar as embarcações para molhar as armas e munições adversárias. Costa ainda acrescenta:

Eles possuíam tamanha agilidade que conseguiam virar as suas canoas para baixo da água e com o fundo dela faziam uma espécie de escudo para se livrarem das balas. Rapidamente a endireitavam e partiam para o confronto, até fugirem navegando com tal velocidade que parecem levar asas. (COSTA, 2003, p.83)

De fato, a característica identitária dos Payaguá ia muito além da prática do *ethos guerreiro* tão comentado e descrito. Segundo o autor João Antônio Botelho Lucídio, "(...) para além de guerreiro, o homem payaguá era também comerciante."

(LUCIDIO, 2013, p.100). Dessa maneira, o autor pontua que outra característica marcante da nação era a capacidade comercial de troca, segundo a qual os payaguás enxergavam Assunção como um “porto comercial”, onde trocavam bens saqueados por metais, os quais eram de seu apreço.

Sem dúvidas essa relação “amistosa” com os assunsenhos intensificou-se após a política de pacificação empreendida pela coroa espanhola, aumentando a postura conflituosa e saqueadora para com os luso-brasileiros. Vale ressaltar que este processo nada tinha de caráter passivo, referentemente aos indígenas; como personagens ativos e históricos, a relação amistosa possuía um caráter de mão dupla em que ambas as partes eram beneficiadas conforme os seus interesses.

Tal afirmativa fica explícita ao analisar a descrição de Pedro Lozano sobre o confronto de 1730 e o seu desdobramento comercial:

El botin de las 30 apresadas fué muy rico, pero poco apreciado de los bárbaros, **que echaron al agua muchos sacos de oro, porque no le esti man**; hasta que á uno de los jóvenes deseoso de su libertad, le ocurrió un arbitrio para lograrla, que fué decirles á los payaguas **reservasen el oro y les llevasen con él á tierra de los caste llanos, donde le podrian trocar por plata, que es metal único en la estimacion de esta gente**, que el antojo de los hombres sin razon alguna es el que dá valor á los metales, despreciando unos aquellos en que otros idolatran. [grifo nosso] (LOZANO, 1873, p.99-100)

A monção que foi saqueada em 1730 carregava para Cuiabá “secenta arobas de ouro do povo”, quatro mulheres e trinta homens escravizados e demais artigos de valor. Segundo os “*Annaes do Senado da Camera de Cuiabá*”, levava ainda 16 canoas, 11 arrobas de ouro, roupas e armas. Conforme Lozano frisa em seu relato, pelo fato de culturalmente os Payaguá não se interessarem por ouro, mantiveram-se inicialmente indiferentes aos metais, jogando-os nas águas. Mas, a possibilidade de comércio e trocas com os espanhóis ampliaram a significação dos saques feitos, haja vista que havia a possibilidade de trocar o ouro saqueado da monção por prata, em Assunção.

Segundo João Antônio Botelho Lucídio, a prata, por sua vez, detinha importância. Os Payaguá desenvolviam as suas canoas - objeto identitário e de projeção social - com a prata adquirida mediante o comércio, possibilitando, assim, o realce e a distinção frente às populações indígenas do cenário social do período.

Prosseguindo a exposição do confronto de 1730, Lozano cita a perspectiva comercial desempenhado pelos Payaguá após o saque:

Llegaron pues, á la Asuncion, el dia 15 de setiembre del mismo año, 60 canoas de payaguas, trayendo á la señora y dos jóvenes portugueses, **con doce negros y mulatos, muchas preciosas alhajas de oro, ricos Ovestidos y cien arrobas de oro en polvo, que todo lo vendieron por alhajas de plata, ofreciendo traer el resto de los esclavos y mucha mayor cantidad de oro que habian dejado en sus tolde rias...** [grifo nosso]. (LOZANO, 1873, p.100)

A partir desse relato, podemos notar como os Payaguá se beneficiaram dos objetos saqueados, especialmente o ouro. Chama atenção também o trecho em que ele menciona o comércio e troca referente a negros escravizados. Vale ressaltar que no século XVIII o comércio colonial e metropolitano tinha como base a escravidão, seja ela direcionada a populações indígenas ou negros. O negro, nesse contexto, era tratado como uma mercadoria de grande valor e destinado a atividade produtiva.

Analisando as conjunturas comerciais que movimentavam a sociedade luso-brasileira e hispânica, os Payaguá enxergaram no negro um “objeto” suscetível à comercialização, segundo o qual adaptavam e ressignificavam conforme a sua demanda. Nessa concepção, Carvalho afirma em seus estudos que *“El texto de Cabral Carmelo menciona que, durante el ataque de 1730, los Payaguá escogían a los negros más robustos para llevarlos como botín y mataban a los demás en el mismo lugar.”* (CARVALHO, 2005, p. 09)

Carvalho (2005) demonstra em seu trabalho⁶ a maneira como os Payaguá possuíam excepcional habilidade para negociar objetos considerados com alto valor pelos espanhóis, tal como os negros escravizados. O pesquisador disserta que

⁶ O autor analisa as narrativas de D. Carlos de los Ríos Valmaseda para tecer comentários sobre as negociações de cativos com os espanhóis.

inicialmente os indígenas exigiam ver a prata para somente depois trazerem os cativos, e assim era feito. Mas, ao verem a quantidade de prata oferecida, se não fosse satisfatória, exigiam uma maior. O autor chama a atenção para tamanha

habilidad política con que condujeron los Payaguá la negociación: (1º) utilizando embajadores para evitar tener que exponerse, (2º) exigiendo primero que les mostraran el pago, para después traer a los cautivos, y (3º) incrementando su poderio desconsiderando la primera oferta. (CARVALHO, 2005, p.05)

Ainda nas reflexões traçadas por Francismar Alex Lopes de Carvalho, referente às negociações de cativos como consequência dos saques desempenhados no Alto Paraguai, é instigante levar em consideração que os Payaguá desenvolveram a estratégia de se comunicar não apenas em Mbayá, sua língua, mas também em Guaraní⁷ para melhor abranger as suas comercializações com os indivíduos da sociedade paraguaia do século XVIII, além da possibilidade de formação de alianças políticas esporádicas.

Relativo ao comércio de cativos pelos Payaguá, o historiador Bruno Pinheiro Rodrigues afirma em sua tese intitulada *“Historia, territorios e fronteras”* que haviam determinados motivos para que fosse possível a captura dos negros nas emboscadas empreendidas pelos Payaguá-Sarigué, haja vista que tais também não possuíam características passivas nesse processo. O autor pontua alguns fatores que facilitavam o feito, como o fato dos escravizados estarem acorrentados e presos a ferros durante o transporte para a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá e também por não portarem armas de fogo.

Levando em consideração o cenário histórico do qual estamos lidando e de todos os conflitos fronteiriços percorridos ao longo do artigo, é necessário salientar que a discussão sobre o aspecto guerreiro e comercial dos Payaguá-Sarigué não se resume a uma abordagem que nega a sua postura dinâmica, inserindo-os como meros coadjuvantes ao processo de colonização e dos conflitos ibéricos na fronteira oeste, o que os colocaria na posição de meras vítimas da manipulação hispânica.

⁷ Carvalho afirma que o Guaraní era a *“lengua general de la tierra”*.

Antes de mais nada, a atuação comercial e guerreira desses indígenas possui o que a historiadora Nauk de Jesus denomina reordenação cultural.

Para a autora, a reordenação cultural insere-se na capacidade do indígena de se “(...) beneficiar do antagonismo existente entre espanhóis e portugueses como forma de redimensionar a sua organização e manter a autonomia social, econômica e política do grupo.” (JESUS, 2007, p.09). Portanto, a resignificação da prática do *ethos guerreiro* que desencadeia a característica “comerciante” dos Payaguá, traços marcantes destes indígenas e que de fato são simbióticas, “(...) ultrapassam a dicotomia metrópole/colônia, paulista/reinól e [...] índio/colonizador português” (JESUS, 2007, p.05). Acrescento à afirmação da autora: índio/espanhol, no caso das fontes analisadas, pois as relações humanas são pautadas conforme os interesses que são estabelecidos, formando ou reformulando alianças mediante as circunstâncias e benefícios.

Para finalizar, afirmo novamente a necessidade de olhar para os exímios canoeiros do rio Paraguai enquanto indígenas ativos e protagonistas do meio em que estavam inseridos, os quais foram capazes de se reordenar culturalmente e buscar jogar conforme o jogo das relações políticas e comerciais existentes na fronteira oeste do século XVIII.

Considerações Finais

A escrita da história indígena no Brasil desde o século XIX é permeada por negligência e apagamento, e marcada pelo uso de categorias monolíticas ou dualistas, como “índio aculturado”, “índio puro”, “índio bravo”, “índio aliado”, entre outras. Considerou-se ao longo do trabalho que tais categorizações reforçam a ideia de que os povos indígenas do Brasil foram passivos ao processo de colonização e às relações sociais do período em que viveram, além de terem sido puramente dominados com tendência ao desaparecimento étnico. Dessa maneira, o presente trabalho dialogou com a proposta reflexiva denominada “Nova História Indígena”, que tem como principal objetivo a ressignificação da maneira com que lidamos com as temáticas indígenas na história. Em outras palavras, essa revisão historiográfica propõe novas abordagens que visibilizam o protagonismo e a agência indígena nos processos históricos estudados. Para tal fim, reforçamos que a aproximação entre a História e Antropologia é indispensável.

Tomando em consideração essa perspectiva historiográfica, buscou-se refletir as possíveis razões para os indígenas Payaguá estarem em constante relações com os espanhóis e portugueses. Para além de indígenas manipulados pelos espanhóis para serem inimigos dos portugueses - como o senso comum propõe em uma dualidade perpassada na ideia de que relações são pautadas em “dominadores” e “submissos”-, os indígenas Payaguá-Sarigué foram indivíduos agentes no período histórico estudado. Inseridos em uma localização fronteiriça propícia, os exímios guerreiros souberam jogar conforme o jogo das relações políticas do século XVIII, de forma dinâmica e habilidosa. Assim, a sua postura ativa e protagonista no cenário trabalhado configurou-se através da guerra e das negociações que nasciam desta, exercitando tanto a resistência adaptativa⁸ com os espanhóis, quanto a resistência

⁸ Para a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, a resistência adaptativa era um meio de agência para garantir melhores condições no novo cenário que construía-se. A autora pontua que muitas vezes os indígenas colaboraram com os Europeus não por serem ingênuos, mas sim por enxergarem nesse processo uma via de mão dupla que possibilitava utilizar a seu favor a nova realidade existente. Claro, isso não significa minimizar a violência ocorrida durante esse processo, mas sim fazer o exercício de enxergar os indivíduos como movedores e construtores da história. No caso dos Payaguá, a resistência adaptativa se deu através da comercialização dos itens saqueados com os *assunsenhos*. Ou seja, os exímios guerreiros não comercializavam o ouro saqueado por serem elementos manipuláveis pelos espanhóis, mas sim porque também ganhavam nesse processo, visto que as relações humanas, socioculturais e históricas são dinâmicas e relacionais.

armada para com os paulistas – cenário que a nova realidade do encontro, isto é, estabelecimento da ordem colonial nas minas do Cuiabá, oportunizou.

Para finalizar o artigo, reforço a necessidade propormos novas indagações e construirmos possibilidades diante das fontes tradicionalmente utilizadas, levando sempre em consideração “(...) a capacidade de rearticulação cultural e identitária desses povos, mesmo submetidos às mais violentas situações” (ALMEIDA, 2010, p.159). Ao tomarmos essa atitude, contribuímos para a construção de uma história mais plural que leva em consideração os seus diversos sujeitos e as suas *(re)*existências.

Referências Bibliográficas

Fontes impressas

LOZANO, Pedro. “Descríbese el caudaloso rio Paraguai con los países que baña por la costa oriental y los rios que la enriquecen con sus cristalinos raudales, hasta el famoso lago de los Xarayes”. In: LAMAS, Andres. Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán, Volume I. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1873, p.89-110.

SUZUKI, Yumiko Takamoto. Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá : 1719-1830. Cuiabá, MT : Entrelinhas ; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens Interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro. História Social, n. 25, 2013, p. 20-42.

BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo. In:____. Apologia da história ou o ofício do historiador . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51-68.

BRASIL, João Filipe Domingues. Expedições de Conquista Ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI. XXIX Simpósio de História Nacional . UNB - Brasília, 2017.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Los "Señores de los rios" y sus alianzas políticas. Revista de Antropología Iberoamericana, núm. 42, julio-agosto, 2005.

CUNHA, Manoela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: Índios no Brasil: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FILHO, Eduardo Gomes da Silva. A Nova História Indígena: Um olhar atemporal. Revista Manduarisawa Manaus, vol. 3, n. 01, 2019, p.23-35..

GARCIA, Elisa Fruhauf. “Ser índio” na fronteira: limites e possibilidades: Rio da Prata, c.1750-1800. *Jornal Nuevo Mundo*, 2013.

INOCÊNCIO, Bruno Felipe Ferreira. Encomiendas e pueblos de indios: interesses e tensões no contexto de elaboraçãdas Ordenanzas de Alfaro de 1611. Universidade Federal de São Paulo. Monografia,. 2018.

JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1a metade do século XVIII). *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 1 n. 2 – UFGD - Dourados Jul/Dez 2007.

KOK, Glória. Relações interétnicas nas fronteiras da América meridional no século XVIII. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. ‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses. 2013.

MAGALHÃES, Magna Lima. Payaguá: Os senhores do rio Paraguai. Universidade do Vale dos rios Sinos, Programa de pós-graduação em História. Dissertação. 1999.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, V. 40, n. 2.

MONTEIRO, Manuel John. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Gabriele Rodrigues de. “Escrevo à tu curiosa erudicion una buena parte del nuevo mundo”: a prática historiográfica na obra *Historia de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*, de Pedro Lozano, S.J. (c. 1745). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. 2019. Dissertação.

MOURA, Gabriele Rodrigues de. “Hombre docto, diligente y erudito”: The Practice Historiographical, Pedro Lozano’s, S.J”. III Encontro de pesquisas históricas, PPGH - PUCRS. 2016. p.953-962

PRESOTTI, Thereza Martha. Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII). "O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades"- Lisboa , 2005.

PRESOTTI, Thereza Martha. A Conquista dos sertões de Cuiabá e Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e "guerra justa" aos paiaguá: (1719-1748). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

RIBEIRO, Rosa Renilson. "Inventando a Colônia "coroadá": Os enredos cronológicos e temáticas da História Geral do Brasil (1854/1857) e o tempo Saquarema (1839-1860). In: O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. "HOMENS DE FERRO, MULHERES DE PEDRA": Resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de pós-graduação em História. Tese. 2015.

TUKANO, Álvaro. "Álvaro Tukano". In: COHN, Sergio. KADIWEL, Idjahure. Conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2019.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brazil. Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

